

TEMA 1 - O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

SUBTEMA 1 – ENERGIA E DESENVOLVIMENTO

SINDICATOS – ESPÍRITO SANTO, PERNAMBUCO E RIO DE JANEIRO

CONTRIBUIÇÕES: Paraná, Santa Catarina e Sergipe

PROPOSTAS ORIGINAIS

TEXTO SUGERIDO

PETRÓLEO E GÁS

Defender a Petrobras como operadora exclusiva na extração do petróleo do Pré-sal, garantindo que todo o seu resultado econômico e de desenvolvimento tecnológico seja integralmente utilizado para o desenvolvimento social, com justiça e equidade.

Participar dos movimentos em defesa de uma política industrial nacional que garanta empresas com tecnologia e capital genuinamente brasileiros para o desenvolvimento da exploração do Pré-sal.

Defender que os recursos provenientes da exploração do Pré-Sal sejam aplicados, obrigatoriamente, em implantação de projetos/execução de geração de energias renováveis, precedidos de estudos ambientais e de viabilidade econômica, e na criação de um programa nacional de projetos socioambientais, que considere a leitura da realidade local.

Propor a intensificação do controle do Estado sobre toda a reserva de petróleo do país, aumentando a participação acionária da União na Petrobras, tornando-a 100% estatal.

Sugerir à ANP e ao Congresso Nacional a adoção de um sistema de tributação que permita o recolhimento do ISS das atividades *off shore* no município onde as mesmas estão localizadas

ENERGIA

1. Estabelecer como prioridade a luta por uma política que reconheça o setor energético como

estratégico para a soberania nacional e a geopolítica do país.

ENERGIA ELÉTRICA

2. Estudar e realizar um debate profundo sobre o setor elétrico com vistas a propor uma revisão geral do modelo e das políticas do setor elétrico e articular sua implantação, com base nos seguintes elementos:

- a) inversão da lógica da mercadoria pela lógica do serviço público com tarifas compatíveis com o custo de produção e que permitam a expansão do setor.
- b) Adoção de um novo modelo de comercialização e regulação de energia.
- c) A recuperação do caráter estratégico do setor elétrico visando à estabilidade, qualidade e modicidade tarifária (buscando equilibrar o valor das tarifas), com incentivo às reduções das desigualdades regionais.
- d) A restrição à participação do acionista privado, particularmente o internacional, no que se refere às remessas dos lucros para suas matrizes nos países de origem.
- e) O desenvolvimento de mecanismo de controle social sobre o setor, em particular sobre a ANEEL.

TARIFAS

Propor que na renovação das concessões das usinas hidrelétricas já amortizadas e pertencentes às empresas estatais, as tarifas sejam de fato reduzidas e compatíveis com seus custos de produção.

EMPRESAS ESTATAIS

Propor mecanismos para o fortalecimento da Eletrobrás como empresa pública voltada para a promoção do desenvolvimento e da qualidade de vida da sociedade brasileira.

Defender o restabelecimento do planejamento determinativo do setor energético, que priorize o potencial brasileiro de fontes renováveis, tendo a devida preocupação com o meio ambiente e com as populações atingidas pelos empreendimentos.

Defender que as empresas geradoras de energia estatais sejam mantidas com poder de autonomia e planejamento, não sendo, simplesmente, empresas de operação e manutenção.

MATRIZ, FONTES ALTERNATIVAS E TECNOLOGIA

Defender que o redesenho da matriz energética nacional:

- a) Considere o potencial brasileiro nas suas diversas fontes (hidráulica, fotovoltaica, nuclear,

solar, eólica, biomassa e gás natural, e outras);

- b) promova o desenvolvimento de tecnologia e inovação, de forma a garantir a soberania nacional e o desenvolvimento tecnológico, econômico e social da sociedade brasileira.;
- c) Estimule o surgimento de empresas nacionais que desenvolvam e internalizem tecnologia;
- d) Incentive a implantação de projetos de energia alternativa e o monitoramento do uso e sua eficiência, visando seu melhoramento e possível implementação em outras comunidades;
- e) Promova o desenvolvimento de mecanismos visando à redução dos custos com instalação e manutenção de equipamentos voltados para a utilização de energia solar (implantação no Programa Minha Casa Minha Vida e outros planos de habitação popular);

Demandar junto ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério do Meio Ambiente a realização de diagnóstico:

- a) Do potencial da energia alternativa mais eficiente dentre as energias renováveis.
- b) Do desenvolvimento e adaptação de usinas geradoras.
- c) Da demanda da comunidade local em termos de geração de energia renovável.

Propor à EPE que se contraponha à prática de se projetar hidrelétricas sem a previsão mínima de reservação para compensação dos períodos de estiagem.

Sugerir ao Ministério de Minas e Energia e ao Ministério do Planejamento tarifa zero para implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e para consumidores residenciais que implantarem sistemas de energias alternativas renováveis.

TEMA 1 - O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

SUBTEMA 2 – POLÍTICAS URBANAS (HABITAÇÃO E SANEAMENTO)

SINDICATOS: PARAÍBA, RONDÔNIA E SERGIPE

CONTRIBUIÇÕES: Espírito Santo, Paraná, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro

POLÍTICA HABITACIONAL

A FISENGE deve lutar por uma política habitacional que:

- a) Estructure e consolide um sistema nacional de habitação de interesse social urbano e rural, que fomente os empreendimentos auto construtivos comunitários promovidos por COHABs estaduais e municipais, realizados em parceria com municípios e organizações comunitárias e sociais, direcionando os subsídios recebidos pelas construtoras e empresas que operam nesse sistema, efetivamente, para as famílias de baixa renda.
- b) Altere os critérios financeiros para aquisição da moradia própria, tendo em vista que a maioria da população é de baixa renda.
- c) Implemente fortes políticas federais e estaduais de controle urbano, em apoio aos municípios, para evitar ocupações irregulares em locais não edificáveis.
- d) Considere elementos de desenho de acessibilidade universal nos planos habitacionais de infraestrutura urbana.

PLANEJAMENTO E CONTROLE SOCIAL

Sensibilizar o poder público e a população para pensar, no presente e no futuro, o que queremos para nossas cidades, planejando cada passo, elaborando projetos de desenvolvimento urbano e valorizando o patrimônio ambiental e histórico.

Participar ativamente de entidades de classe e de organizações não governamentais, formulando propostas e alternativas, estimulando o processo de transformação das cidades.

ENGENHARIA PÚBLICA

Mobilizar as entidades de classe da engenharia para diligenciar junto ao governo federal a implantação da Engenharia Pública da União (EPU), para tornar possível, entre outras atribuições, a assistência técnica gratuita na produção habitacional para fins sociais.

SANEAMENTO

POLÍTICA DE SANEAMENTO

Demandar a universalização dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico, com controle social, considerando os seguintes aspectos:

- a) qualidade dos serviços e produtos;
- b) transferência e o domínio da tecnologia;
- c) desenvolvimento de cadeias de produção nacional de materiais e equipamentos para atender a indústria da água;
- d) estímulo à utilização de processos produtivos que racionalizem o uso de água;
- e) incentivar a elaboração de acordos de cooperação técnica entre municípios;
- f) qualificação de profissionais habilitados (engenheiros/as) para a
- g) elaboração de planos e projetos de saneamento (abastecimento, controle da qualidade da água, esgotamento sanitário - coleta e tratamento - e coleta e tratamento de resíduos sólidos);
- h) ampliação de mecanismos de conscientização ambiental, visando disseminar a cultura da importância do saneamento básico com o objetivo de participação social qualificada nos Fóruns, Conselhos e demais instâncias de regulação e política ambiental;
- i) adequada informação à população sobre os impactos das obras durante a sua execução.

Contribuir nas políticas e estruturalmente para a luta pela implementação da coleta seletiva nas cidades, pela estruturação das cooperativas e usinas de reciclagem.

Promover a divulgação da Lei 11.445/07 (que dispõem sobre a política federal de saneamento básico).

PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL DA ENGENHARIA

Sensibilizar a categoria para a importância da participação do profissional da engenharia na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, como instrumento de Planejamento da Administração Municipal.

Propor a composição de equipes técnicas especializadas, coordenadas pelo Ministério das

Cidades e em parceria com instituições de ensino de engenharia, entidades de classe e conselhos profissionais, para acompanhar o desenvolvimento e implantação de planos municipais de saneamento em pequenos municípios.

Promover a participação efetiva dos Senges/Fisenge na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Propor aos governos federal, estaduais e municipais a reestruturação do quadro de engenheiros do setor público nos aspectos qualitativo e quantitativo.

FINANCIAMENTO

Tendo em vista que se encontra em construção a desoneração do setor de saneamento no que se refere ao PIS e Confins, propomos a criação de um Fundo Estadual de Saneamento para recepcionar recursos e direcioná-los para as obras de saneamento.

Demandar a implantação de usinas de reciclagem de resíduos da construção civil e implantação de políticas internas de reaproveitamento

Propor a criação de escritórios de projetos na área de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Abrir frente de trabalhos em três áreas: agricultura e pecuária; energia, petróleo e gás; e turismo sustentável.

TEMA 1 - O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

**SUBTEMA 3 – INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE, MOBILIDADE URBANA E
TELECOMUNICAÇÕES**

**SINDICATOS: BAHIA, MINAS GERAIS E VOLTA REDONDA
CONTRIBUIÇÕES – Paraná e Sergipe**

PAPEL DO ESTADO

Defender o controle estatal da gestão e da produção da infraestrutura dos sistemas de transporte rodoviário, ferroviário, aéreo, marítimo, aquaviário e de cabotagem.

Subsidiariamente, nos casos em que houver concessão à iniciativa privada, propor sistemas de gestão que estabeleçam mecanismos claros de controle social das obrigações das concessionárias e do equilíbrio econômico dos contratos.

MATRIZ DE TRANSPORTES

Propor que a matriz de transporte interligue o Brasil e a América Latina, com sinergia entre os eixos rodoviário, ferroviário, aquaviário e de cabotagem, reduzindo assim, os custos do transporte de carga.

Propor que as principais capitais do país sejam interligadas por uma malha ferroviária destinada ao transporte de pessoas, equilibrando, assim, a densidade populacional entre as diversas regiões do país.

Defender que a política pública de infraestrutura de transporte e logística do país seja pensada por equipes multidisciplinares.

MOBILIDADE URBANA

PLANEJAMENTO E GESTÃO

Propor que a administração pública retome e estructure os setores de planejamento, gestão e políticas públicas, promovendo o debate sobre as alternativas de mobilidade urbana e as novas

concepções de planejamento urbano, buscando recuperar o espaço e o serviço público, favorecendo a cooperação e a solidariedade.

Propor a criação de núcleo, órgão ou secretaria municipal de transporte para a atuação permanente da engenharia na gestão do crescimento dos vetores de desenvolvimento urbano e suas implicações sobre o transporte urbano.

Recomendar aos governos Estadual e Federal a criação de regras para que os recursos dos programas de desenvolvimento urbano só possam ser acessados por municípios que comprovem a existência de equipe técnica que participe da elaboração e fiscalização do Plano Diretor e do Plano de Saneamento Ambiental/ Básico.

PRÁTICAS PARA A MELHORIA DA MOBILIDADE

Fomentar e divulgar boas práticas de mobilidade urbana e transporte público através de:

- a) adoção de políticas de incentivo ao uso do transporte público;
- b) realização de campanhas de divulgação (revistas, cartilhas, palestras, jornal, rádio e televisão);
- c) incentivo à utilização do transporte não motorizado;
- d) adoção de política de redução do número de veículos em circulação a partir de cobranças de pedágios, rodízios, dentre outros;
- e) defesa de um modelo de mobilidade urbana com uso de transporte de massa, utilizando tecnologia adequada à demanda e à situação local;
- f) recomendação à adoção de horários diferenciados para funcionamento de órgãos públicos e entidades privadas com a finalidade de melhorias na fluidez do tráfego.

PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA

Fomentar a formação dos engenheiros em mobilidade urbana e políticas públicas, bem como sua participação, através de seus sindicatos, em conselhos de mobilidade urbana, municipais, estaduais e federais.

Criar núcleos nos SENGES e na FISENGE para apoio e capacitação dos profissionais da engenharia para implantação dos planos de mobilidade urbana nos municípios.

Defender a obrigatoriedade da presença de profissionais de engenharia no quadro funcional dos municípios - na área de infraestrutura de transporte e mobilidade urbana - seja na elaboração, na

<p>execução e/ou na fiscalização de projetos.</p> <p>Propor a implementação do sistema nacional do desenvolvimento urbano.</p>
<p>Recomendar aos governos a revisão das normas técnicas relativas à capacidade de passageiros em pé nos ônibus (NBR – 15570) e verificação das dimensões dos ônibus existentes.</p>
<p>Recomendar aos governos municipais a criação de ouvidoria específica de mobilidade urbana para que o poder público dê respostas mais consequentes aos questionamentos e anseios da população.</p>
<p>TELECOMUNICAÇÕES</p>
<p>Propor a realização de uma auditoria do patrimônio das empresas estaduais operadoras de telecomunicação, outrora pertencentes ao Estado brasileiro e hoje sob controle das empresas privadas. Essa ação tem o objetivo de reativar o sistema Telebrás para oferecer serviços básicos de telefonia e banda larga aos cidadãos brasileiros, com qualidade, confiabilidade e modicidade.</p>
<p>Propor a atualização e finalização do sistema de fibra ótica instalado no Brasil de modo a universalizar o acesso de maneira eficaz, principalmente à banda larga.</p>
<p>Realizar uma campanha de mobilização para a implantação de indústria nacional de circuitos integrados de forma a tornar o país tecnologicamente independente nesta área.</p>
<p>Propor o enfrentamento da ineficiência na prestação dos serviços de telecomunicações através da: provisão de recursos para uma fiscalização mais eficiente; e revisão / atualização da legislação vigente e dos indicativos de eficiência nela previstos.</p>
<p>Propor a erradicação de redes celular rurais em ambientes urbanos e a proibição do uso de faixas de frequência UHF para fins de comunicação celular em ambientes urbanos.</p>
<p>Incentivar o desenvolvimento, o uso e a implantação / ampliação das redes metropolitanas.</p>

TEMA 1 - O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

SUBTEMA 4 – POLÍTICA AGRÍCOLA E AGRÁRIA SUSTENTÁVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO

SINDICATOS: PARANÁ, RIO GRANDE DO NORTE E SANTA CATARINA

CONTRIBUIÇÕES – Sergipe

MODELO AGRÍCOLA E AGRÁRIO

Propor uma mudança radical no modelo agrícola e agrário do país a partir das seguintes diretrizes:

- a) priorização da produção de alimentos estratégicos para segurança alimentar e nutricional da nação;
- b) formação qualificada (priorizando o modelo das casas familiares rurais);
- c) apoio e incentivo ao associativismo e cooperativismo;
- d) incentivo ao crédito rural;
- e) incentivo à ampliação da infraestrutura de transporte e armazenagem;
- f) promoção da sustentabilidade socioambiental e energética para as/os agricultoras/es familiares e suas organizações sob a gestão do Estado;
- g) ampliação / efetivação da política de pesquisa e tecnologia, assistência técnica, extensão rural e defesa sanitária agropecuária;
- h) integrando a política nacional de ATER (ANATER) com as empresas de pesquisa agropecuária (EMBRAPA, Empresas Estaduais de Pesquisa e universidades);
- i) garantindo às instituições estaduais oficiais os recursos para custeio e investimento visando o desenvolvimento de seus projetos, desde que prestem serviços de defesa sanitária agropecuária, pesquisa, assistência técnica e extensão rural gratuito à agricultura familiar;

AGRICULTURA FAMILIAR E INSTITUCIONALIDADE

Apoiar a ampliação da representatividade política da agricultura familiar visando fortalecer as políticas públicas para o setor (a exemplo dos mercados institucionais, PRONAF entre outros) e a proteção social aos trabalhadores do campo.

Aperfeiçoar as legislações atuais, diferenciar a agroindústria familiar da agroindústria empresarial; integrar a industrialização da produção da agricultura familiar como parte da cadeia

<p>de agregação de valor e de geração de renda com apoio tecnológico e linhas de crédito, tanto individual como as associações e cooperativas</p> <p>Fazer campanha para a aprovação do marco regulatório para os sistemas de integração agropecuária das cadeias produtivas em que a mão-de-obra seja, predominantemente, familiar.</p>
<p>MORADIA RURAL</p> <p>Propor a melhoria/ampliação da política pública de moradia rural, nos moldes do Programa Minha Casa Minha Vida, visando abranger todos os agricultores.</p> <p>Demandar a melhoria / facilitação das condições de acesso ao crédito fundiário e rural por parte dos jovens.</p>
<p>TRIBUTAÇÃO</p> <p>Fazer campanha a favor de reforma tributária sobre a produção agrícola e da destinação de percentual dos tributos para financiar a pesquisa e extensão rural.</p>
<p>POLÍTICA AGRÁRIA</p> <p>Fazer campanha para a revisão do marco legal e pela reforma do sistema judiciário visando o avanço da reforma agrária.</p> <p>Fazer campanha para a adoção de políticas públicas que promovam a sucessão da agricultura familiar.</p> <p>Propor a revisão dos índices e critérios de produtividade das propriedades agrícolas, considerando as novas tecnologias adotadas na agricultura, visando ampliar as áreas com a finalidade de desapropriação para a reforma agrária.</p> <p>Fazer campanha para a implementação de política pública para aquisição de terras específicas para os profissionais de ciências agrárias.</p>

**TEMA 2 - O PAPEL DO MOVIMENTO SINDICAL FRENTE ÀS MOBILIZAÇÕES DO
MUNDO DO TRABALHO**

SUBTEMA 1 – POLÍTICA SINDICAL E SUAS INTERFACES

SINDICATOS: PARAÍBA (não fez nenhuma proposta), PERNAMBUCO E RONDÔNIA

CONTRIBUIÇÕES: Rio Grande do Norte, Bahia, Paraná, Sergipe

Promover o debate sobre o salário mínimo profissional.

Elaborar, aprovar e registrar no CREA as tabelas de honorários mínimos profissionais de custos de serviços de engenharia.

Estudar e debater propostas para sustentação financeira dos sindicatos para eliminar a dependência do imposto sindical.

Participar na campanha do Plebiscito Nacional pela Convocação de Assembleia Constituinte exclusiva sobre a Reforma Política.

Demandar junto ao Governo Federal a recomposição dos quadros do Ministério do Trabalho e Emprego (pessoal administrativo e auditores fiscais), através da realização de concursos públicos.

Fazer gestões para assegurar que as atividades próprias da engenharia, no setor público ou no setor privado, tenham como responsáveis equipes técnicas de engenharia.

Debater, recomendar e incentivar, no âmbito dos Sindicatos da FISENGE, a criação de ferramentas semelhantes à da Plataforma Operária de Energia e Petróleo, promovendo uma relação mais orgânica entre o campo sindical e os demais movimentos sociais.

Pleitear junto ao Ministério do Trabalho e Emprego participação da FISENGE na Comissão da NR- 12 (que criou exigências de confecção de manuais e manutenção de máquinas e equipamentos pela engenharia mecânica, industrial e de segurança do trabalho).

Propor ao Governo Federal a abertura de linhas de crédito para aquisição de tecnologia e para capital de giro de forma a incentivar a prestação de serviços por engenheiros autônomos.

Encaminhar o Projeto Pensar o Brasil aos candidatos a Presidente.

**TEMA 2 - O PAPEL DO MOVIMENTO SINDICAL FRENTE ÀS MOBILIZAÇÕES DO
MUNDO DO TRABALHO**

SUBTEMA 2 - PROJETOS DE INCLUSÃO SINDICAL E FORMAÇÃO POLÍTICA

**SINDICATOS: PARANÁ, RIO DE JANEIRO E SERGIPE
CONTRIBUIÇÕES: Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina**

Estimular ambiente favorável, especialmente à inclusão de jovens, mulheres, raças, etnias e imigrantes na vida sindical, tendo como princípios: a) formação consistente e progressiva, que através da práxis em diversas áreas (comunicação, liderança, gestão de projetos, organização) promova a formação política e cidadã; b) metodologia participativa que estimule a intervenção e integração entre gerações e gêneros; e c) atuação aproximada das entidades estudantis, de bairros, de movimentos sociais, a fim de promover melhor intercâmbio sindical com a comunidade.

Criar, em parceria com seus sindicatos filiados, um programa de formação política e sindical permanente com vistas a formar novos dirigentes. Tal programa deve:

- a) abranger temas relevantes para sociedade brasileira, como história dos movimentos de trabalhadores e sindicatos, história, geografia, políticas públicas, conjuntura do mundo do trabalho e suas transformações;
- b) utilizar métodos adequados de comunicação (meio e forma);
- c) produzir e distribuir / divulgar material didático e orientativo
- d) envolver, além dos dirigentes sindicais, os trabalhadores da base, os estudantes de engenharia e movimentos sociais.

Instituir uma Escola de Formação patrocinada pela FISENGE/SENGES.

Apoiar a criação e fortalecimento dos Coletivos de Mulheres e da Juventude, promovendo a participação efetiva destes segmentos nas instâncias deliberativas bem como sua inserção nos estatutos e regimentos dos sindicatos.

Criar uma diretoria nacional de estudantes.

A Fisenge deve inserir em seu calendário anual dos sindicatos filiados a obrigatoriedade da

realização anual de seminários/encontros de formação sindical e formação (**SERGIPE**)

Renomear o Coletivo de Mulheres para Coletivo de Formação Política e Sindical, mantendo neste primeiro ano o orçamento e número de eventos previstos para 2014. Os integrantes do coletivo passariam a não ter restrição de raça, de credo ou de opção sexual. O Coletivo continuaria subordinado à Diretoria da Mulher (**SERGIPE**) *

Desenvolver, em parceria com os Sindicatos, uma política de capacitação continuada destinada a dirigentes e, principalmente, à base, proporcionando uma formação política mais abrangente.

**TEMA 2 - O PAPEL DO MOVIMENTO SINDICAL FRENTE ÀS MOBILIZAÇÕES DO
MUNDO DO TRABALHO**

SUBTEMA 3 – AMBIENTE DE NEGOCIAÇÃO: REALIDADE E PERSPECTIVAS

**SINDICATOS: MINAS GERAIS E VOLTA REDONDA
CONTRIBUIÇÕES: Bahia, Paraná, Santa Catarina**

Contribuir na criação, estruturação e profissionalização de um Coletivo de Negociação (Departamento de Negociação) com a participação da Diretoria de Negociação da FISENGE e de representantes de cada SENGE filiado, com a função de organizar a base de negociações, catalogando todos os processos negociais nos quais cada entidade participa.

Formação

Promover e incentivar a realização de cursos de formação em negociação coletiva.

Favorecer, por meio de articulações com o movimento sindical, a participação dos sindicatos de engenheiros e da FISENGE nas negociações nacionais, regionais e setoriais, buscando seu reconhecimento formal como negociadores, observando a obrigatoriedade do salário profissional e de cláusulas de gênero e assédio moral nos acordos coletivos.

Atuar para a regulamentação do direito de negociação e de greve dos trabalhadores do setor público e para aprimorar a regulamentação do direito de negociação e de greve dos trabalhadores do setor privado.

Cobrar às autoridades competentes a regulamentação e a fiscalização da obrigatoriedade da contratação e registro do profissional como engenheiro, independentemente do cargo ou da nomenclatura utilizada pelo empregador.

Estimular nos sindicatos a criação de um serviço de recebimento de denúncias de assédio moral nos locais de trabalho (preconceito, abuso de poder etc).

Diretriz: A FISENGE e seus sindicatos filiados devem ter sempre a valorização profissional como

elemento de orientação na elaboração de suas propostas de pauta de negociação com o setor patronal.

TEMA 2 - O PAPEL DO MOVIMENTO SINDICAL FRENTE ÀS MOBILIZAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

SUBTEMA 4- FORMAÇÃO PROFISSIONAL

SINDICATOS: BAHIA, ESPÍRITO SANTO E SANTA CATARINA Contribuições Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte e Sergipe

EDUCAÇÃO BÁSICA

Demandar que seja realizado o investimento dos recursos necessários, oriundos de fundos específicos para a educação, visando à ampliação da oferta e a melhoria da qualidade do ensino fundamental e médio, especificamente nas disciplinas de matemática, ciências (física, química e tecnologia) e língua portuguesa.

Buscar formas de incentivar os estudantes a optarem pelos cursos de engenharia.

MINORIAS E PRINCÍPIOS PARA A POLÍTICA EDUCACIONAL

Demandar a implantação de políticas educacionais que busquem o respeito às diferenças e o combate às intolerâncias étnicas, de gênero, religiosa, de orientação sexual e capacidade física através de:

- a) Instituição de cotas de 50% para acesso de mulheres aos cursos superiores da área de ciência e tecnologia.
- b) Implantação de núcleo de apoio às minorias oprimidas nas escolas e faculdades de engenharia: negros, indígenas, LGBT, PNE.
- c) **MOÇÃO** do CONSENGE e campanha da FISENGE para que os cursos de Engenharia cumpram com a legislações e regulamentações que tratam do ensino das relações étnico-sociais, história da cultura afro-brasileira e indígena, do ensino de libras e lei de acessibilidade.

CURSOS DE ENGENHARIA

Propor a reestruturação dos cursos de engenharia através da construção/adoção de um padrão nacional básico de projeto pedagógico e de estrutura curricular com vistas a torná-los compatíveis com o estudo científico e tecnológico atualmente praticado no mundo globalizado e a estimular

uma maior integração entre a universidade, centros de pesquisa e o setor produtivo nacional. Para tanto, o projeto deve incorporar os seguintes elementos:

- a) Interdisciplinaridade (filosofia, sociologia, psicologia, recursos humanos entre outros);
- b) Integração à pesquisa e a inovação tecnológica;
- c) Utilização da tecnologia como instrumento relevante no ensino aprendizagem.
- d) Trabalho em grupos e em rede, por projetos de formação de profissionais com perfil transformador da realidade socioeconômica do país.
- e) Orientação dos conteúdos de humanidades para a compreensão do papel transformador do engenheiro e da engenharia na sociedade, no mundo do trabalho e na organização social e sindical.
- f) Ampliação da carga horária mínima dos cursos de engenharia;
- g) Formação por ciclos: Ciclo básico (bacharelado tecnológico) + Ciclo profissionalizante (Engenharias) + Ciclo de Especialização (Especialização nas áreas de conhecimento das engenharias). Ao término de cada ciclo o aluno receberá um certificado que permite continuar – ou não - a formação.
- h) Promoção da extensão universitária;

Lutar pela ampliação do investimento na qualificação do ensino superior público nas engenharias, formando e valorizando docentes, pesquisadores e servidores técnicos e qualificando os recursos tecnológicos e a infraestrutura de ensino.

Fazer gestões para o aperfeiçoamento da distribuição espacial dos cursos tecnológicos e superiores de engenharia no território nacional

Demandar a fiscalização da qualidade do ensino público e privado das engenharias (tecnológico e superior).

Propor a adequação do ensino de ciências agrárias em todos os níveis com base na realidade da convivência sustentável de cada bioma.

Propor ao MEC a criação implementação e operacionalização de cursos na área de robótica subaquática.

Articular junto ao MEC a inclusão de "História do movimento sindical" nas disciplinas de "Introdução à Engenharia".

<p>Realizar estudos sobre a demanda e implantação de cursos tecnológicos e superiores de engenharia, em parceria com a CONFEA/CREA.</p>
<p>Propor que nos concursos para professores dos cursos de Engenharia sejam consideradas as obras e os serviços realizados pelo profissional comprovadas através de Certidão de Acervo Técnico, expedida pelo CREA.</p>
<p>Afirmar no 10º Consenge a posição da Fisenge contrária ao Ensino à Distância (EAD) para os cursos de graduação de engenharia.</p>
<p>Carência na formação prática: implantação da residência técnica (tal como na medicina) na formação estudantil</p> <p>Formação Prática Profissional: Implantação de um sistema de estágio organizado de forma que dê ao residente conhecimento prático técnico contemplando carga horária e área de atuação, com acompanhamento do profissional da empresa e da universidade</p> <p>A Fisenge deve propor políticas de interação entre o meio acadêmico e profissional, com o objetivo de relacionar teoria e prática, ampliar o debate do marco regulatório visando a sua revisão e atualização, bem como o incentivo de convênios e estágios entre escolas de engenharia e empresas.</p>

